

**Pronunciamento do Ministro Sarney Filho na cerimônia de assinatura do instrumento de ratificação do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima
(Brasília, 12/09/2016)**

Senhor Presidente da República,

Senhores ministros de Estado,

Senhoras e senhores parlamentares,

Autoridades nacionais e estrangeiras presentes,

Parceiros na promoção do desenvolvimento sustentável,

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que celebramos mais um passo relevante, decisivo e de liderança do Brasil no processo global de enfrentamento à mudança do clima. Nenhum assunto da atualidade requer maior transversalidade e coerência entre políticas econômicas, sociais e ambientais do que esse.

O engajamento de toda a sociedade brasileira nesse esforço demonstra a maturidade que atingimos como país, para entender a estreita e inevitável relação entre economia e meio ambiente.

Quero registrar minha satisfação e minha gratidão ao Congresso Nacional pela aprovação do Acordo de Paris em regime de urgência. A aprovação, promulgação e ratificação céleres do Acordo sinalizam à comunidade internacional o empenho contínuo do Brasil no enfrentamento à mudança global do clima.

Registro também um especial agradecimento à campanha “Ratifica já”, a qual apoiei desde o início e que serviu de canal da sociedade para expressar a sua vontade quase consensual pela rápida ratificação do Acordo de Paris.

A mudança do clima é um dos maiores problemas da atualidade, talvez o maior desafio global do século. Mas é também uma oportunidade para reorientarmos o projeto de desenvolvimento nacional, se agirmos de maneira firme e ambiciosa. A importância de empreender ações nessa área não se limita ao atendimento dos compromissos internacionais. A mitigação das causas e a adaptação aos impactos adversos da mudança do clima tendem a ganhar centralidade nas políticas públicas brasileiras, alinhadas aos objetivos de desenvolvimento econômico com inclusão social.

Temos consciência de que um novo projeto de desenvolvimento, que coloque o País no rumo certo de uma economia limpa, de baixas emissões, gerará empregos qualificados e disseminará uma cultura de respeito e integração ao meio ambiente. Esse projeto, que precisa ser encampado por toda a sociedade como um verdadeiro projeto nacional, deverá dar plena atenção aos direitos humanos e, em particular, aos direitos dos trabalhadores de setores afetados pelas políticas e ações relacionadas. Terá também em devida consideração as questões de gênero e a abertura à participação de toda a sociedade.

Sabemos que o preço de nada fazer em relação à mudança do clima seria muito alto para todos, especialmente os mais desassistidos. São justamente os mais pobres que mais sofrerão, se não agirmos com uma visão integrada ambiental, econômica e social para enfrentar, com denodo, esse grave problema.

O Papa Francisco, em sua bela carta conhecida como ‘Encíclica Verde’, critica as formas imediatistas de entender a economia e as atividades comerciais e produtivas. Ao falar da preservação dos ecossistemas, ele nos ensina que “(...) o custo dos danos provocados pela

negligência (...) é muitíssimo maior do que o benefício econômico que se possa obter”.

Temos convicção de que as ações para reduzir emissões são plenamente compatíveis com o crescimento econômico e o combate à pobreza. Mais que isso, podem dinamizar nossa economia, gerando empregos de qualidade, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação e atraindo investimentos “verdes” que nos conduzam à construção de uma verdadeira economia de baixo carbono.

Para assegurar que tenhamos uma economia de baixo carbono até meados do século, precisamos fortalecer as políticas ambientais, que não podem ser vistas como entraves ao crescimento econômico, pois são a verdadeira solução para obtermos um padrão de desenvolvimento sustentável com inclusão social e respeito ao meio ambiente. Estou convencido de que saberemos aplicar as medidas necessárias para implementar nossa Contribuição Nacionalmente Determinada, tal como apresentada ao Acordo de Paris.

Para que o Acordo entre em vigor, há dois critérios que precisam ser atendidos de maneira concomitante: 55 partes precisam

ratificá-lo, ao mesmo tempo em que as emissões dessas partes representem 55% das emissões globais. Esperamos que o exemplo do Brasil na rapidez da aprovação e ratificação do Acordo seja seguido por todos os países, em particular aqueles de importante dimensão econômica. Com esse ato, o Brasil, mais uma vez, expressa seu compromisso inequívoco com o regime internacional sobre mudança do clima, estabelecido sob o amparo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Tenho dito que é fundamental manter e aprofundar as políticas, as ações e os compromissos ambientais em vigor. Há uma série de ações tomadas pelos meus antecessores no Ministério que correspondem a políticas de Estado. Há espaço para aprimoramentos e ajustes, como no caso das regras operacionais de licenciamento ambiental, mas em linhas gerais caminhamos no rumo certo para colocar a produção e a geração de riqueza do mesmo lado da defesa do meio ambiente.

Senhor Presidente,

Sob sua liderança, convido a sociedade brasileira, os entes federativos, o Congresso Nacional, os agentes econômicos, os

trabalhadores e os movimentos sociais a engajarem-se plenamente na implementação da nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). O MMA vai apresentar à sociedade, para ampla discussão, uma estratégia de implementação dos nossos compromissos, alicerçada no Acordo de Paris. Já iniciamos a articulação com outros ministérios, em particular aqueles com competência sobre os setores da agropecuária e da energia, e também com estados, municípios e entidades representativas da sociedade, para que formulemos uma estratégia alinhada com o rumo que queremos dar ao desenvolvimento do País. Sem pretender rever as metas, essa estratégia deve almejarantes de mais nada implementá-las, unindo nossos melhores esforços para que sejam atingidas e até mesmo ultrapassadas. E faremos isso antes do prazo. Devemos iniciar desde já a implantação das medidas previstas na contribuição brasileira. Não há motivos para esperar.

E já me referindo à implementação da nossa NDC, quero lembrar o fato de que o Brasil é o país mais biodiverso do Planeta. Essa característica deve ser valorizada por todo cidadão! Para tanto, vamos trabalhar intensamente para pautar o desenvolvimento do País na conservação e no uso sustentável de nossos recursos naturais, ena

ocupação racional do solo, como determina a Constituição Federal. Precisamos aliar o crescimento econômico ao aumento da produtividade – e não à expansão da fronteira de ocupação. Temos tecnologias desenvolvidas por pesquisadores competentes que nos ajudarão a fazer essa mudança.

Nesse sentido, um dos aspectos da nossa atuação será a consolidação das unidades de conservação. O Brasil possui 1,5 milhão de quilômetros quadrados em unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável. Boa parte delas carece de medidas básicas de implantação. Essas áreas protegidas são essenciais para a proteção da biodiversidade. Muitas delas, como os parques nacionais, têm grande potencial para o turismo. Podem e devem ser utilizadas como instrumentos de desenvolvimento local, de base comunitária, possibilitando a aliança entre conservação, geração de renda, empreendedorismo e economia limpa.

Consideramos, também, essencial avançar na redução do desmatamento, com o estímulo à conservação em terras privadas. Para isso, promoveremos a implantação dos instrumentos já previstos na Lei Florestal. O Cadastro Ambiental Rural está em fase adiantada de

implementação, com mais de 80% das propriedades e posses já cadastradas, embora o número de validações seja bem inferior, devido a alguns problemas que precisamos enfrentar. Devemos avançar para que o CAR possibilite, de fato, a redução do passivo ambiental em terras privadas, com a recuperação de terras degradadas, seja para a restauração de ecossistemas nativos, seja para a incorporação dessas terras ao processo produtivo. O processo de recuperação ambiental pode atuar, também, como gerador de emprego e renda.

As ações de controle do desmatamento e de incentivos positivos para atividades sustentáveis em áreas florestais, tais como pagamentos por resultados em REDD+, terão atenção prioritária, com participação social ampliada. Até o final do ano, vamos estabelecer o Nível de Referência para a redução de emissões por desmatamento no Cerrado. Vamos também abrir os dados do desmatamento em tempo real, para que toda a sociedade possa acompanhar e apoiar os esforços de combate ao desmatamento.

Nossa determinação em enfrentar a mudança do clima deve ir além. No setor agropecuário, fixamos a meta de fortalecer o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia

para o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e pelo incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas até 2030. O Plano ABC tem o mérito não só de reduzir emissões, mas também de elevar a produtividade do setor e contribuir para a adaptação aos efeitos da mudança do clima na agricultura.

Também o setor industrial terá sua contribuição a dar para que possamos atingir as metas nacionais. É preciso difundir o uso de novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética e de infraestrutura de baixo carbono.

No setor de transportes, há amplo espaço para implantar medidas de eficiência, melhorias na infraestrutura de transportes e na mobilidade em áreas urbanas. A promoção dos biocombustíveis, em particular do etanol, oferece grande potencial para logarmos os objetivos de uma economia limpa.

Essas tarefas vão requerer alto grau de coordenação nos três níveis da Federação. Estados e municípios têm demonstrado vivo interesse em juntar-se a essa agenda, e é importante que todos

participem. Ampliaremos os canais de diálogo com os entes subnacionais, de modo a permitir maior engajamento e reconhecimento das políticas locais de enfrentamento à mudança do clima e de adaptação aos seus efeitos.

Senhor Presidente,

Contamos com a liderança de Vossa Excelência, assim como o apoio de toda a sociedade brasileira, para levar adiante e realizar com sucesso essa grande empreitada coletiva, da qual o Acordo de Paris representa a pedra basilar.

Muito obrigado.